26º ENANCIB
Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação
A Amazônia na sociedade global em rede: assimetrias e potencialidades informacionais, tecnológicas e ambientais
Belém, Pará, 09 a 13 de novembro de 2026
Universidade Federal do Pará

ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
ISSN 2177-3688

GT 12 – Informação, Estudos Étnico-Raciais, Gênero e Diversidades

BIBLIOTERAPIA ANTIRRACISTA: PRÁXIS POLÍTICA E CUIDADO SUBJETIVO

ANTI-RACIST BIBLIOTHERAPY: *POLITICAL PRAXIS AND SUBJECTIVE CARE*

Elisamara Gurgel Domingos de Carvalho – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro /(UNIRIO)
Janaína Fernandes Guimarães Polonini – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro /(UNIRIO)

Modalidade: Trabalho Completo

Resumo: O racismo produz impactos que ultrapassam as dimensões econômicas e sociais, alcançando também os processos de produção, circulação e legitimação do conhecimento. Nesse contexto, o epistemicídio manifesta-se por meio da desvalorização e do apagamento dos saberes produzidos pela população negra, comprometendo a identificação de suas experiências, memórias e contribuições intelectuais. A biblioterapia antirracista emerge como uma possibilidade de resistência ao promover o contato com narrativas que valorizam identidades negras. Nesse cenário, surge o presente questionamento: de que maneira a biblioterapia antirracista pode ser compreendida como prática de resistência e como instrumento político de fortalecimento identitário da população negra? O estudo tem como objetivo refletir sobre a biblioterapia antirracista como prática de resistência ao epistemicídio e como instrumento político de fortalecimento identitário da população negra. Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa básica, de abordagem qualitativa, caráter exploratório e natureza teórica, desenvolvida por meio de pesquisa bibliográfica. O corpus foi constituído por obras e estudos relacionados ao epistemicídio, às relações raciais, à biblioterapia e à biblioterapia antirracista, analisados de forma crítica e reflexiva. Compreende-se que a biblioterapia antirracista contribui para a formação de sujeitos mais críticos e sensíveis às diferenças, fortalecendo valores de respeito, inclusão e solidariedade que são fundamentais para a construção de uma sociedade mais democrática e humana.
Palavras-chave: biblioterapia antirracista; epistemicídio; racismo.

Abstract: Racism produces impacts that go beyond economic and social dimensions, also reaching the processes of production, circulation, and legitimation of knowledge. In this context, epistemicide manifests itself through the devaluation and erasure of knowledge produced by the black population, compromising the identification of their experiences, memories, and intellectual contributions. Anti-racist bibliotherapy emerges as a possibility of resistance by promoting contact with narratives that value black identities. In this scenario, the present question arises: how can anti-racist bibliotherapy be understood as a practice of resistance and as a political instrument for strengthening the identity of the black population? This study aims to reflect on anti-racist bibliotherapy as a practice of resistance to epistemicide and as a political instrument for strengthening the identity of the black population. Methodologically, this is a basic research, with a qualitative approach, exploratory character, and theoretical nature, developed through bibliographic research. The corpus consisted of works and studies related to epistemicide, race relations, bibliotherapy, and anti-racist bibliotherapy, analyzed critically and reflectively. It is understood that anti-racist bibliotherapy contributes to the formation of individuals who are more critical and sensitive to differences, strengthening values of respect, inclusion, and solidarity that are fundamental to building a more democratic and humane society.
Keywords: anti-racist bibliotherapy; epistemicide; racism.

1 INTRODUÇÃO

Ao longo da história, alguns grupos tiveram maior influência na definição do que seria considerado conhecimento legítimo, enquanto outros tiveram suas experiências, saberes e formas de compreender o mundo constantemente desvalorizados ou ignorados. Nas relações raciais, essa dinâmica afeta a população negra, cujas contribuições intelectuais, culturais e científicas foram excluídas dos espaços formais de ensino e pesquisa.

Para compreender esse cenário, diversos autores recorrem ao conceito de epistemicídio. Segundo Carneiro (2005), consiste em um processo que vai além do simples apagamento de saberes. Quando determinados conhecimentos são considerados menos importantes ou deixam de ser apresentados como legítimos, seus produtores também passam a ser vistos como sujeitos sem autoridade intelectual.

As origens desse processo estão ligadas à colonização e à consolidação de uma visão de mundo eurocêntrica, que estabeleceu hierarquias entre povos, culturas e formas de conhecimento. A partir dessa lógica, outros saberes foram tratados como inferiores, enquanto os referenciais europeus passaram a ocupar o lugar de modelo universal de ciência, cultura e racionalidade (Carneiro, 2005; Gonzalez, 2020; Ribeiro, 2019). Como consequência, muitas narrativas negras foram desconsideradas e inúmeras contribuições intelectuais deixaram de

receber visibilidade. O racismo[1] produz impactos profundos na forma como os sujeitos constroem suas identidades e percebem a si mesmos.

> O homem só é humano na medida em que ele quer se impor a um outro homem, a fim de ser reconhecido. Enquanto ele não é efetivamente reconhecido pelo outro, é este outro que permanece o tema de sua ação. É deste outro, do reconhecimento por este outro que dependem seu valor e sua realidade humana. É neste outro que se condensa o sentido de sua vida (Fanon, 2008, p. 180).

Na prática, o racismo ainda opera por diferentes mecanismos que dificultam a visibilidade dos saberes produzidos pela população negra. Os efeitos dessa realidade não se limitam ao campo acadêmico. A exposição constante a discursos que inferiorizam sua história, sua cultura e sua humanidade pode gerar sentimentos de exclusão e invisibilidade. Por essa razão, o epistemicídio afeta a circulação dos saberes, a memória coletiva, os processos de identificação e as dimensões subjetivas da experiência negra.

De acordo com Fanon (2008), a alienação do negro nasce de um mundo branco que impõe uma "epidermização" da inferioridade, o que resulta na internalização psicológica da condição de subalternidade imposta pelo racismo estrutural.

É importante destacar, que as contribuições de Almeida (2019), Carneiro (2005), Fanon (2008), Gomes (2012), Gonzalez (2020), Hooks (2021), Kilomba (2019) e Ramos (2019), permitem compreender o epistemicídio como um processo que atua na produção, circulação e legitimação dos saberes. Embora cada autor parta de perspectivas próprias, há um ponto de aproximação importante entre essas contribuições: o racismo também opera pela definição de quais sujeitos podem produzir conhecimento, quais narrativas são reconhecidas e quais experiências permanecem invisibilizadas. O epistemicídio alcança os modos pelos quais pessoas negras constroem sua relação com a leitura, com a memória, com a identidade e com o próprio conhecimento. A partir dessa compreensão, entende-se que enfrentar o epistemicídio exige questionar os critérios que determinaram o que merece ser lido, preservado, divulgado e reconhecido como conhecimento legítimo. Nesse cenário, surge o presente questionamento: de que maneira a biblioterapia antirracista pode ser compreendida como prática de resistência e como instrumento político de fortalecimento identitário da população negra?

[1] RACISMO – Doutrina formalizada na França, em meados do século 19, para afirmar a superioridade de determinados grupos étnicos, nacionais, linguísticos, religiosos etc. sobre outros. Por extensão, o termo passou a designar as ideias e práticas discriminatórias advindas dessa pretensa superioridade. O conceito de "superioridade racial" carece de base científica, já que o ser humano, em termos biológicos, é mais produto do ambiente cultural em que vive do que resultado de herança genética. [...] (Lopes, 2015, p. 244).

O objetivo desta pesquisa é refletir sobre a biblioterapia antirracista como prática de resistência ao epistemicídio e como instrumento político de fortalecimento identitário da população negra. A relevância desta pesquisa está associada à necessidade de ampliar as discussões sobre os impactos do epistemicídio na produção do conhecimento e na constituição das subjetividades negras.

A organização das seções busca construir um percurso teórico que permita compreender os efeitos do racismo para além de suas dimensões materiais, evidenciando seus impactos sobre os processos de legitimação dos saberes. Em seguida, é possível refletir sobre as potencialidades da biblioterapia antirracista como prática comprometida com a valorização de narrativas invisibilizadas, com o fortalecimento identitário e com a ampliação da justiça epistêmica. Em seguida, são apresentados os procedimentos metodológicos que orientaram a investigação, os resultados decorrentes da análise da literatura e, por fim, as considerações finais do estudo.

2 RACISMO E SUBJETIVIDADE

O racismo esteve associado à produção de discursos que procuraram atribuir caráter natural às desigualdades entre os povos. Ao longo dos séculos, diferentes teorias buscaram justificar relações de dominação por meio de argumentos biológicos, culturais e morais, apresentando determinados grupos como superiores a outros. Essas formulações contribuíram para justificar práticas de exploração, colonização e exclusão social, transformando diferenças humanas em critérios de hierarquização e poder.

Historicamente, as diversidades de características físicas, biológicas e culturais foram utilizadas para estabelecer classificações e hierarquias entre grupos humanos. Nesse sentido, os estudos desenvolvidos pelo naturalista sueco Carl Linnaeus, no século XVIII, exerceram importante influência ao incluir características fenotípicas, como a cor da pele, em seus sistemas de classificação, associando as diferenças da natureza humana a ideia de raça[2] (Carine, 2026).

[2] RAÇA – [...] Essa definição comportava a ideia da existência, entre os seres humanos, de grupos com tipos biológicos diferentes, em distinção baseada na cor da pele e em outras características físicas. Entretanto, ao longo do tempo, o conceito de "raça" foi sendo questionado, até incorporar noções como as de etnicidade, cultura etc. [...] (Lopes, 2025, p. 139).

Na essência de uma estrutura racista, opera o que a literatura decolonial identifica como a desumanização dos sujeitos racializados, processo no qual corpos e saberes negros são empurrados para a invisibilidade ou o descarte. Diante disso Carine afirma que:

> Chama-se um negro de ”macaco” não para dizer que ele se parece com um (o que já seria bastante ofensivo), mas para informa-lo de que ele não alcançou a condição humana e, portanto não tem paridade existencial com o racista agressor verbal. Para ele, ambos se distinguem na discussão: o humano e inumano (Carine, 2026, p. 46).

A compreensão do racismo como processo de desumanização fica evidente quando confrontada com os princípios que fundamentam os direitos humanos. A Declaração Universal dos Direitos Humanos estabelece que “todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos". [...]” (ONU, 1948), enquanto a Constituição Federal de 1988 reconhece a “dignidade da pessoa humana” (Brasil, 1988) como um dos fundamentos da República e assegura que “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza [...]” (Brasil, 1988). Contudo, a trajetória histórica da população negra demonstra que a igualdade formal garantida pelos instrumentos jurídicos não foi suficiente para eliminar as desigualdades raciais. As diferenças observadas no acesso à educação, à cultura, ao trabalho e aos espaços de poder revelam a permanência de mecanismos que restringem o pleno exercício da cidadania e comprometem o reconhecimento social de sujeitos negros.

Essa contradição fica mais significativa quando se observa que o racismo, além de representar uma violação dos direitos humanos, constitui crime no ordenamento jurídico brasileiro. A Constituição Federal determina que a prática do racismo é crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão (Brasil, 1988). Posteriormente, a Lei nº 7.716/1989 e a Lei nº 14.532/2023 reforçaram os mecanismos de responsabilização das condutas racistas. Ainda assim, práticas discriminatórias permanecem presentes, deixando claro que a existência da norma jurídica ainda não é capaz de transformar estruturas históricas enraizadas.

Diante desse contexto, não é coerente falar de práticas antirracistas sem conhecer devidamente o racismo. De acordo com Nogueira (2021), é preciso conhecer o inimigo antes de tentar combatê-lo. “O racismo é, portanto, um sistema de opressão e não um simples ato de vontade de um indivíduo” (Ribeiro 2019, p. 12). O racismo no Brasil não se configura como um conjunto de atos isolados, mas assenta-se em bases históricas estruturadas a partir da escravização da população negra. Por séculos, os sujeitos escravizados foram destituídos de

sua humanidade, tratados como mercadorias e privados de direitos fundamentais (Ribeiro, 2019).

Segundo Almeida (2019), o racismo está incorporado às estruturas sociais, influenciando o funcionamento das instituições, a distribuição de oportunidades e as formas de interação entre os sujeitos. "[...] o racismo, como processo histórico e político, cria as condições sociais para que, direta ou indiretamente, grupos racialmente identificados sejam discriminados de forma sistemática. [...]" (Almeida, 2019, p. 34). As desigualdades raciais são reproduzidas por mecanismos sociais, políticos, econômicos e culturais que operam de forma naturalizada no cotidiano.

No decorrer da vida, pessoas negras são expostas a discursos que reforçam estigmas e limitam sua visibilidade social, afetando processos de pertencimento, autoestima e construção identitária. Os efeitos dessa violência ultrapassam experiências individuais de discriminação e alcançam tanto as dimensões subjetivas da existência quanto os processos coletivos de produção e validação do conhecimento. É justamente essa relação entre racismo, exclusão e negação de saberes que conduz à reflexão sobre o epistemicídio, tema abordado na seção seguinte.

3 EPISTEMICÍDIO E A NEGAÇÃO DOS SABERES NEGROS

O debate sobre epistemicídio tem ocupado um espaço cada vez mais relevante nas discussões sobre relações raciais, colonialidade e produção do conhecimento. O conceito refere-se aos processos históricos e sociais que promovem a destruição, a desqualificação ou a invisibilização dos saberes produzidos por determinados grupos sociais. No contexto brasileiro, as reflexões de Sueli Carneiro (2005), apresentam o epistemicídio como um mecanismo de dominação racial responsável por negar à população negra o valor de sua capacidade intelectual e de sua condição de sujeito produtor de conhecimento.

Embora associado à exclusão de autores e narrativas negras dos espaços acadêmicos, o epistemicídio possui uma dimensão muito mais ampla. Consiste em uma prática que atua na deslegitimação de sistemas de conhecimento construídos fora dos referenciais eurocêntricos. Conforme afirma Carneiro (2005, p. 97), o epistemicídio constitui

> [...] para além da anulação e desqualificação do conhecimento dos povos subjugados, um processo persistente de produção da indigência cultural: pela negação ao acesso a educação, sobretudo de qualidade; pela produção da inferiorização intelectual;

> pelos diferentes mecanismos de deslegitimação do negro como portador e produtor de conhecimento e de rebaixamento da capacidade cognitiva pela carência material e/ou pelo comprometimento da auto-estima pelos processos de discriminação correntes no processo educativo. Isto porque não é possível desqualificar as formas de conhecimento dos povos dominados sem desqualificá-los também, individual e coletivamente, como sujeitos cognoscentes.

A expansão colonial europeia envolveu a imposição de uma visão de mundo que classificava povos, culturas e conhecimentos segundo hierarquias raciais. A colonização produz uma violência que ultrapassa o domínio material (Ramos, 2019; Gonzalez, 2020), atingindo a cultura, a memória e a própria percepção que os sujeitos possuem de si mesmos (Fanon, 2008).

Mesmo após o fim formal dos regimes coloniais, muitas instituições continuam reproduzindo padrões de valorização que privilegiam epistemologias ocidentais em detrimento de outros modos de produção do conhecimento. A exclusão de autores negros dos currículos, bibliografias e espaços acadêmicos representa uma das expressões do epistemicídio, produzindo marcas profundas na subjetividade dos sujeitos negros, uma vez que estes são confrontados com imagens negativas de sua própria vivência e com a negação de sua humanidade (Carneiro, 2005; Fanon, 2008; Gomes, 2012; Gonzalez, 2020; Hooks, 2021; Kilomba, 2019).

Bell Hooks (2021) reforça e evidencia o mecanismo do epistemicídio ao descrever o seu questionamento aos seus professores brancos sobre a ausência de autores negros na bibliografia de seu curso; a resposta recebida foi a de que estes “não haviam escrito livros ou não haviam escrito nada de bom” (Hooks, 2021, p. 32).

A exclusão de determinados saberes dos espaços científicos está relacionada às estruturas históricas que definem quais vozes possuem autoridade para produzir conhecimento e quais permanecem à margem dos processos de validação acadêmica. Os conhecimentos produzidos por grupos socialmente subordinados enfrentam maiores obstáculos para alcançar visibilidade e circulação institucional.

A ausência de representatividade intelectual contribui para a naturalização das desigualdades raciais e reforça estruturas históricas de exclusão. Desconsiderar os conhecimentos da população negra constitui uma estratégia de manutenção do poder, na medida em que impede que determinados grupos sejam reconhecidos como sujeitos da fala e do conhecimento (Hooks, 2021; Kilomba, 2019).

No campo da Ciência da Informação, estudos recentes têm demonstrado que a desigualdade racial também se expressa nos processos de produção, organização e circulação da informação. Pesquisadoras negras enfrentam situações de descredibilização e invisibilização de suas contribuições acadêmicas, evidenciando que o racismo epistêmico permanece presente mesmo em espaços dedicados à construção do conhecimento. Essas experiências revelam que o epistemicídio continua operando de forma estrutural nas instituições científicas (Souza; Souza, 2025).

O combate ao racismo exige mais do que a validação de suas manifestações e consequências sociais. Como destaca Almeida (2019, p. 34), "[...] a mudança da sociedade não se faz apenas com denúncias ou com o repúdio moral do racismo: depende, antes de tudo, da tomada de posturas e da adoção de práticas antirracistas".

A discussão sobre o epistemicídio também permite reconhecer a importância de iniciativas políticas e educacionais voltadas à valorização dos saberes invisibilizados (Gomes, 2012). Nesse contexto, a Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996), ficando obrigatório o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana na Educação Básica, representa um importante marco na educação brasileira (Brasil, 2003). Posteriormente regulamentada pelo Parecer CNE/CP nº 03/2004 e pela Resolução CNE/CP nº 01/2004, essa legislação contribuiu para a discussão das relações étnico-raciais nos espaços educacionais (Gomes, 2012).

Como sugere Gomes (2012), a descolonização dos currículos e dos saberes abre caminhos para a construção de relações mais igualitárias, justas e emancipatórias. É a possibilidade de imaginar novos horizontes, nos quais a população negra possa identificar-se em suas histórias.

Em 2026, o Ministério da Igualdade Racial (MIR) e o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) disponibilizaram o Guia de Igualdade Racial e a Cartilha de Gestão Pública Antirracista, materiais destinados a apoiar gestores públicos na identificação e no combate de desigualdades raciais presentes nas políticas e nos serviços públicos (IPEA, 2026). Essas iniciativas são ações institucionais concretas, capazes de ampliar o acesso ao conhecimento, fortalecer a cidadania e valorizar os saberes e as experiências da população negra (IPEA, 2026).

Em síntese, ao articular as perspectivas teóricas de Carneiro (2005), Almeida (2019) e Kilomba (2019), percebe-se que o epistemicídio não se reduz a uma omissão bibliográfica

pontual. Trata-se de uma tecnologia de dominação racial integrada com o racismo estrutural, afetando a subjetividade dos sujeitos e inviabilizando a circulação de saberes negros na Ciência da Informação. A descolonização proposta por Gomes (2012) emerge, como uma urgência ética e informacional para a reconstituição da autoridade intelectual e da justiça epistêmica.

É nesse horizonte que a biblioterapia e, mais especificamente, a biblioterapia antirracista surge como possibilidade de resistência, ao mobilizar a leitura e a literatura como instrumentos de cuidado e reafirmação dos saberes invisibilizados.

4 BIBLIOTERAPIA E BIBLIOTERAPIA ANTIRRACISTA: DO CUIDADO A RESISTÊNCIA

A biblioterapia constitui-se como um método interdisciplinar de cuidado pautado na mediação de leitura, cuja aplicabilidade tem se consolidado em variadas esferas do saber e campos de atuação social devido às possibilidades de adaptações (Caldin, 2024).

Caldin (2024), reforça que embora o termo terapia esteja relacionado à cura, o seu sentido real está ligado ao cuidado e a preservação do ser. Além disso, a relação entre doença e emoção reflete na integridade do indivíduo. Visto que sentimentos intensos podem causar impactos no sistema imunológico e desencadear manifestações somáticas, independente de patologias orgânicas prévias. Logo, a leitura atua minimizando os efeitos nocivos de distúrbios psicofísicos, restabelecendo o equilíbrio entre mente e corpo (Caldin, 2024).

O potencial da biblioterapia é ampliado devido aos mecanismos dinâmicos como: catarse, identificação, introjeção, projeção e humor, que não operam de forma isolada, mas constituem um sistema de mediação que possibilita o acolhimento e a transformação dos sujeitos (Caldin, 2001).

Na vertente antirracista, a identificação permite que o leitor reconheça sua vivência em personagens e narrativas que manifestam protagonismo, rompendo com o silenciamento histórico e contribuindo para a construção de uma identidade tanto individual quanto coletiva. Esse processo de reconhecimento é o que viabiliza a catarse, compreendida como a liberação de afetos e emoções reprimidas por processos de desumanização, resultando em autoconhecimento e no fortalecimento do interior do sujeito.

No contexto das relações raciais, os processos de introjeção e projeção ganham contornos políticos e de resistência. A introjeção, se realizada de maneira passiva em uma

sociedade colonial, pode levar o indivíduo a internalizar padrões de subalternidade que anulam sua individualidade e o privam de uma identidade autônoma.

A biblioterapia antirracista intervém nesse ciclo ao substituir a absorção de valores que negam o ser negro por narrativas que validam sua existência, impedindo que o sujeito continue a projetar em si e no mundo exterior os conflitos e sentimentos de inferioridade impostos pela estrutura racista (Carvalho, 2025). Paralelamente, o humor atua, de acordo com Caldin (2005), como um relevante mecanismo de ressignificação, capaz de suavizar o peso de experiências dolorosas e favorecer a elaboração de vivências adversas.

Dessa forma, a integração desses elementos na mediação de leitura permite que a literatura atue como uma ferramenta de enfrentamento ao racismo estrutural. Ao articular a catarse das dores negligenciadas com a identificação em referência de posicionamento identitário, a prática biblioterapêutica deixa de ser um suporte puramente clínico para se tornar uma prática política, capaz de processar vivências traumáticas e promover o resgate do pertencimento e do empoderamento.

A Biblioterapia traz na essência bem-estar, acolhimento e principalmente, o cuidado com o ser. Quando esse cuidado se direciona ao ser negro, a abordagem tradicional mostra-se limitada; tornando necessária a adoção de uma perspectiva que ultrapasse o suporte emocional genérico. É nesse território, onde as feridas históricas do racismo ainda ecoam na alma, o acolhimento ganha uma nova dimensão. Mais do que confortar, a literatura deve se erguer como uma ferramenta de resistência e ação política.

De acordo com Nogueira (2021), o ser negro é atravessado por códigos sociais que moldam a percepção da identidade. O signo negro é associado a posições sociais inferiores. Nesse sentido, biblioterapia antirracista se consolida como uma estratégia necessária para o tratamento dos agravos do traumas racial.

O trauma racial produz o impacto psicossocial e fisiológico causado pelas manifestações estruturais do racismo. Os efeitos dessa violência vêm sendo estudados pela neurociência para evidenciar as repercussões diretas no corpo e no cérebro. Ao vivenciar o racismo, o indivíduo aumenta a produção de cortisol, podendo desencadear transtorno de ansiedade, depressão, além de déficit de atenção e de aprendizagem. A elevação crônica desse hormônio pode causar distúrbios metabólicos, danos ao sistema imunológico, nervoso, cardiovascular e inflamações persistentes (Brito, 2026). Esses dados confirmam que o

“racismo não deve ser compreendido apenas como uma prática culturalmente reprovável, mas como um agente patológico com efeitos concretos e duradouros no cérebro humano” (Brito, 2026, p. 3).

A biblioterapia antirracista atua no enfrentamento dos processos de silenciamento e invisibilização historicamente impostos às populações negras. Ao centralizar narrativas negras no processo de mediação, essa prática legitima vivências negligenciadas, configurando-se como um mecanismo de identificação que permite o reconhecimento identitário (Carvalho, 2025). Dessa forma, possibilita-se que o sujeito supere a condição de opressão e confirme seu protagonismo e sua importância histórica.

A materialização dessa proposta pedagógica e política teve início no primeiro semestre de 2026, no âmbito do curso de Biblioteconomia da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). A iniciativa configurou-se a partir de duas frentes principais de atuação: a primeira deu-se na disciplina "Biblioteconomia e Leitura", por meio da introdução de vivências práticas em Biblioterapia e biblioterapia Antirracista. A segunda frente desenvolveu-se na Semana da Educação, espaço em que a temática foi ampliada por meio do evento "Vozes Negras em Diálogos". Essas ações conjuntas representam um marco prático de tensionamento curricular, demonstrando a viabilidade de aplicar a práxis antirracista no cerne da formação de novos profissionais da informação.

Os estudos apresentam que essa abordagem possui potencial de aplicação em diferentes contextos sociais, educacionais e corporativos. Relatos de experiências desenvolvidas com crianças, famílias e grupos em situação de vulnerabilidade demonstram que a leitura mediada pode estimular reflexões sobre identidade, ancestralidade e justiça racial (Carvalho, 2025).

Ao refletir sobre os efeitos dessas experiências, é possível compreender a biblioterapia antirracista como um processo que favorece a reconstrução das subjetividades afetadas pelo racismo e pelo epistemicídio. Ao encontrar, nas leituras e nos diálogos, referências positivas de sua história, cultura e ancestralidade, o sujeito negro passa a questionar as narrativas que historicamente o colocaram em posições de subalternidade. Esse movimento de validação e retomada da própria voz aproxima-se daquilo que Kilomba (2019) denomina processo de descolonização:

> Todo o processo alcança um estado de descolonização; isto é, internamente, não se existe mais como a/o "Outro/o", mas como o eu. Somos eu, somos sujeitos, somos quem descreve, somos quem narra, somos autoras/es e autoridade da nossa própria realidade. [...] (Kilomba, 2019, p. 238).

Nessa perspectiva, a biblioterapia antirracista contribui para que pessoas negras se reconheçam como produtoras de conhecimento, narradoras de suas próprias histórias e protagonistas de suas trajetórias.

5 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O presente estudo caracteriza-se como uma pesquisa básica, de abordagem qualitativa e caráter exploratório, que combina a pesquisa bibliográfica e documental com o relato de experiência de ações docentes e discentes desenvolvidas na UNIRIO no primeiro semestre de 2026. A investigação fundamentou-se na análise da literatura relacionada aos estudos raciais, ao epistemicídio, à biblioterapia e à biblioterapia antirracista, bem como em documentos normativos e institucionais pertinentes à temática.

O levantamento bibliográfico foi realizado em livros e na Base de Dados Referenciais de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação (BRAPCI) (http://www.brapci.ufpr.br/), na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD) (http://bdtd.ibict.br/) do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) e no Portal de Periódicos da Capes (www.periodicos.capes.gov.br). Foram priorizados os textos em acesso aberto, considerando sua disponibilidade integral para leitura e análise. As buscas foram orientadas pelos termos e combinações relacionados a "epistemicídio", "racismo", "biblioterapia" e "biblioterapia antirracista". Após o levantamento, os textos selecionados foram lidos e organizados de modo a identificar conceitos recorrentes, aproximações e divergências entre os autores, bem como contribuições para a compreensão da biblioterapia antirracista como prática de enfrentamento ao epistemicídio.

A pesquisa documental contemplou documentos normativos e institucionais relacionados às relações raciais, à educação para as relações étnico-raciais, aos direitos humanos e às políticas de promoção da igualdade racial, utilizados como fontes complementares para contextualizar a discussão. A análise do conjunto bibliográfico e documental buscou estabelecer um diálogo entre as diferentes perspectivas teóricas, evitando a apresentação isolada das contribuições dos autores. Dessa forma, os resultados foram construídos a partir da interpretação e articulação dos referenciais selecionados,

buscando identificar de que maneira os processos de produção, circulação e apropriação da informação podem contribuir tanto para a reprodução do epistemicídio quanto para sua problematização e enfrentamento.

Com base nas reflexões, a seção seguinte apresenta os resultados decorrentes da análise dos referenciais teóricos selecionados, discutindo de que maneira a biblioterapia antirracista se configura como prática de resistência ao epistemicídio e como instrumento político de fortalecimento identitário da população negra.

6 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise da literatura selecionada permitiu identificar as relações entre os conceitos de epistemicídio, racismo estrutural, subjetividade negra e biblioterapia antirracista. A partir dessas reflexões, apresentam-se os principais resultados obtidos por meio do diálogo entre os referenciais teóricos analisados.

A pesquisa evidencia que a população negra enfrenta processos estruturais de silenciamento, invisibilização e exclusão simbólica, os quais se refletem diretamente nos espaços de produção, circulação e acesso à informação. Diante desse cenário, constata-se que a biblioterapia antirracista ultrapassa os processos tradicionais de acolhimento, identificação e fortalecimento identitário. A análise da literatura e dos relatos documentados evidencia que essa prática constitui também um dispositivo político e de resistência, capaz de contribuir significativamente para a promoção da justiça informacional e para o combate ao epistemicídio no campo da Biblioteconomia e da Ciência da Informação.

Essa promoção da justiça informacional é importante porque muitas desigualdades sociais são reforçadas pela dificuldade de acesso à informação. Ao criar um ambiente de diálogo, troca de experiências e construção coletiva do conhecimento, a biblioterapia antirracista amplia as possibilidades de acesso a informações que podem contribuir para a autonomia e para o exercício da cidadania.

A biblioterapia antirracista também favorece o desenvolvimento da consciência crítica ao possibilitar reflexões sobre racismo, discriminação, identidade, ancestralidade e direitos humanos. Os participantes têm a oportunidade de conhecer referências positivas, recuperar histórias de resistência e validar a contribuição da população negra para a construção da sociedade. Dessa forma, a biblioterapia antirracista promove o acesso ao conhecimento, estimula a reflexão crítica e expande as oportunidades de participação social.

No entanto, cabe ressaltar que, embora o avanço das pesquisas e a emergência de iniciativas como as vivências na UNIRIO representem avanços significativos, o cenário atual ainda se mostra insuficiente. A produção de conhecimento sobre as relações étnico-raciais na Ciência da Informação e na Biblioteconomia ainda enfrenta severas barreiras institucionais, operando, muitas vezes, nas margens das grades curriculares e dos orçamentos de pesquisa. A persistência do racismo estrutural exige que tais avanços deixem de ser vistos como ações isoladas ou eletivas e passem a estruturar os projetos pedagógicos de forma permanente. Afinal, enquanto as referências negras e as discussões sobre o epistemicídio ocuparem apenas espaços secundários na formação acadêmica, as respostas da área continuarão distantes de responder a urgência demandada pela reparação histórica e pela emancipação social da população negra.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa apresenta a biblioterapia antirracista como uma prática de cuidado que utiliza a leitura como instrumento para estimular reflexões, favorecer processos de identificação e auxiliar na elaboração de experiências e sentimentos. Ao entrar em contato com histórias, personagens e vivências que dialogam com sua própria trajetória, o leitor compreende sobre sua própria trajetória, elabora experiências e fortalece sua percepção sobre o mundo e sobre sua própria existência.

Quando essa prática é desenvolvida a partir de uma perspectiva antirracista, ela se apresenta como um instrumento de mediação de leitura e experiência social capaz de mobilizar pertencimento, memória, fortalecimento identitário e processos de elaboração de traumas produzidos por experiências marcadas pelo racismo.

Diante dos impactos produzidos pelo racismo estrutural, essas narrativas podem favorecer processos de reconstrução simbólica, permitindo que leitores negros encontrem representações positivas de sua trajetória histórica.

Diante do propósito deste estudo em caracterizar a biblioterapia antirracista como uma ferramenta de resistência e de política, é importante ressaltar a relevância de acolher essas práticas na esfera acadêmica no âmbito da Biblioteconomia e da Ciência da Informação para consolidar uma práxis informacional efetivamente antirracista e decolonial.

Embora os estudos sobre relações raciais tenham avançado nos últimos anos, ainda são pouco frequentes as pesquisas que articulam epistemicídio, biblioterapia com práticas

antirracistas. Essa lacuna evidencia a necessidade de aprofundar reflexões sobre o potencial da leitura como instrumento de valorização dos saberes negros.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Sílvio Luiz de. **Racismo estrutural**. São Paulo: Jandaíra, 2019. (Feminismos Plurais).

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 2016. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 19 jun. 2026.

BRASIL. **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 10 jan. 2003. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm. Acesso em: 17 jun. 2026.

BRITO, Ingrid Miranda Rabêlo. Racismo, neurociência e dignidade humana: compreendendo o impacto do racismo na saúde mental no contexto dos direitos humanos e políticas públicas. **Revista Processus de Estudos de Gestão, Jurídicos e Financeiros**, Brasília, v. 17, n. 52, p. 1-12, 2026. Disponível em: https://periodicos.processus.com.br/index.php/egjf/article/view/1584. Acesso em: 10 jun. 2026.

CALDIN, Clarice Fortkamp. Biblioterapia: atividades de leitura desenvolvidas por acadêmicos do curso de Biblioteconomia da Universidade Federal de Santa Catarina. **Biblios**, Pittsburgh, ano 6, n. 21-22, p. 1-13, jan./ago. 2005. Disponível em: https://core.ac.uk/download/pdf/11878939.pdf. Acesso em: 16 jun. 2026.

CALDIN, Clarice Fortkamp. **Biblioterapia**: um cuidado com o ser. São Paulo: Porto de Ideias, 2024.

CALDIN, Clarice Fortkamp. A leitura como função terapêutica: biblioterapia. **Encontros Bibli**: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação, Florianópolis, n. 12, p. 32-44, 2001. Disponível em: https://biblio.direito.ufmg.br/wp-content/uploads/2021/07/36-Texto-do-Artigo-17815-1-10-20080811.pdf. Acesso em: 10 jun. 2026.

CARINE, Bárbara. **Raça social**: uma leitura sobre racialidade brasileira. São Paulo: Planeta do Brasil, 2026.

CARNEIRO, Aparecida Sueli. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. 2005. 340 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005. Disponível em: https://repositorio.usp.br/item/001465832. Acesso em: 8 jun. 2026.

CARVALHO, Elisamara Gurgel Domingos de. **Biblioterapia antirracista como prática emancipadora**: perspectivas para a atuação de licenciadas/os em Biblioteconomia nos âmbitos educacional, de assistência social e organizacional. 2025. 77 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Biblioteconomia) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2025.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Tradução de Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008.

GOMES, Nilma Lino. Relações étnico-raciais, educação e descolonização dos currículos. **Currículo sem Fronteiras**, [*s. l.*], v. 12, n. 1, p. 98-109, jan./abr. 2012. Disponível em: https://www.apeoesp.org.br/sistema/ck/files/5_Gomes_N%20L_Rel_etnico_raciais_educ%20e%20descolonizacao%20do%20curriculo.pdf. Acesso em: 17 jun. 2026.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano**: ensaios, intervenções e diálogos. Organização de Flávia Rios e Márcia Lima. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

HOOKS, bell. **Ensinando comunidade**: uma pedagogia da esperança. Tradução de Kenia Cardoso. São Paulo: Elefante, 2021.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. MIR e Ipea lançam Guia de Igualdade Racial e Cartilha de Gestão Pública Antirracista. **Portal Ipea**, Brasília, DF, 7 abr. 2026. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/categorias/45-todas-as-noticias/noticias/16323-mir-e-ipea-lancam-guia-de-igualdade-racial-e-cartilha-de-gestao-publica-antirracista. Acesso em: 19 jun. 2026.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação**: episódios de racismo cotidiano. Tradução de Jess Oliveira. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

LOPES, Nei. Raça. *In*: **Dicionário de direitos humanos e afins**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2025.

LOPES, Nei. Racismo. *In*: LOPES, Nei. **Dicionário escolar afro-brasileiro**. 2. ed. São Paulo: Selo Negro, 2015.

NOGUEIRA, Isildinha Baptista. **A cor do inconsciente**: significações do corpo negro. São Paulo: Perspectiva, 2021.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Paris: ONU, 1948. Disponível em: https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos. Acesso em: 29 out 2026

RAMOS, Débora Oliveira. **Estado brasileiro, dispositivo de colonialidade e seguridade social**: entre fazer e deixar morrer a população negra. 2019. 136 f., il. Dissertação (Mestrado em Política Social) – Universidade de Brasília, Brasília, 2019. Disponível em: http://repositorio.unb.br/handle/10482/37472. Acesso em: 28 maio 2026.

RIBEIRO, Djamila. **Pequeno manual antirracista**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SOUZA, Letícia Pereira de; SOUSA, Rodrigo Silva Caxias de. Estratégias de enfrentamento de pesquisadoras negras como forma de permanência na ciência. **ConCI**: Convergências em Ciência da Informação, Aracaju, v. 8, n. esp., p. 1-34, 2025. Disponível em: https://periodicos.ufs.br/conci/article/view/23714/17888. Acesso em: 29 out. 2026.